

OS GUARANI E OS TERÊNA DA RESERVA INDÍGENA ARARIBÁ: SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ATUAIS ¹

Edson Soares Diniz

I – Introdução

Neste estudo será eboçado o perfil das atividades econômicas atuais dos Guarani (tupi) e dos Terêna (aruak) que vivem na Reserva Indígena Araribá, no município de Avaí, Estado de São Paulo². Os primeiros Guarani migraram de Mato Grosso motivados pelos seus padrões religiosos. Já viviam nas imediações do córrego Araribá, desde o final do século passado. Em julho de 1974 somavam 56 pessoas, sendo 30 do sexo masculino e 26 do sexo feminino, distribuídas em nove grupos domésticos. Os Terêna, começaram a chegar em grupos familiares, a partir de 1932. Também vieram de Mato Grosso, porém incentivados pelo então Serviço de Proteção aos Índios. Em julho de 1974 totalizavam 176 indivíduos, sendo 91 do sexo masculino e 85 do sexo feminino, distribuídos em 32 grupos domésticos³. Uns e

¹ Trabalho apresentado no III^o Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais (CERU), na Universidade de São Paulo, em setembro de 1976.

² A pesquisa de campo em que se baseia este estudo foi iniciada em julho de 1972 e se prolongou intermitentemente, até fins de 1974. As etapas de trabalho ocorreram nos períodos de férias escolares e, esporadicamente, em feriados e fins de semana. Agradecemos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, que financiou a fase preliminar do trabalho de campo; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que garantiu financeiramente a investigação; à Fundação Nacional do Índio que permitiu nossa entrada e permanência na Reserva (Cf. DINIZ, 1976 (a) e (b).)

³ Sobre os Guarani há entre outras, as seguintes monografias: Métraux (1963), Nimuendajú (1954), Schaden (1962), Watson (1952). A respeito dos Terêna citam-se: Altenfelder Silva (1949), Oberg (1949) e Oliveira (1960 e 1968).

outros estão em processo de integração à sociedade nacional⁴. Falam a língua portuguesa, mas conservam o uso de seus próprios idiomas. Procuram assemelhar-se aos brancos, porém consideram-se povos diferentes deles. Presentemente dedicam-se às fainas agrícolas, interna e externamente. Os homens, via de regra, alternam seus serviços em suas próprias roças e nas tarefas remuneradas que executam para os regionais vizinhos. As mulheres, além dos afazeres domésticos, às vezes colaboram nos trabalhos de seus maridos. Os meninos e meninas também ajudam seus pais, dentro de suas possibilidades.

O Ambiente Regional

O município de Avaí onde está encravada a Reserva Indígena, faz parte da Sétima Região Administrativa do Estado de São Paulo⁵. É, por sua vez, dividida em três sub-regiões: Bauru (20 municípios), Lins (8 municípios) e Jaú (10 municípios). Sua extensão é de 16.226 Km², o equivalente a 6,5% da área do Estado. Situa-se entre os meridianos 48° e 50' longitude a oeste de Greenwich e os paralelos 21° 30' e 23" latitude sul. Limita-se com as Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, ao norte; Ribeirão Preto, a nordeste; Campinas, a leste; Sorocaba, ao sul e sudeste; Marília, ao sul e sudoeste e Araçatuba, a oeste.

A Sétima Região Administrativa do Estado de São Paulo abrange uma zona que foi penetrada efetivamente a partir do início deste século, através do estímulo e terras próprias para o cultivo do café e da construção de ferrovias. Ambos esses fatores constituíram-se nos elementos preponderantes para a fixação de contingentes humanos que deram origem a várias cidades. A política de erradicação dos cafezais pouco produtivos atenuou a exclusividade dessa monocultura e, conseqüentemente, diminuiu a oferta do produto. Deste modo houve a expansão de diversas plantações, as quais têm proporcionado uma renda no setor equiparada àquela gerada pela rubiácea. Trata-se de cultivos comerciais, que se constituem em matérias-primas industriais, principalmente cana e oleaginosas. O café, atividade fundamental para o povoamento, foi também o elemento responsável pela formação de mercados regionais, de vital importância no início do processo de industrialização de São Paulo. Graças ao fato de constituir o principal tronco viário do Estado, a Região de Bauru destacou-se como centro polarizador das novas áreas cafeeiras surgidas a partir de 1940, notadamente no que diz respeito ao sudoeste paulista e ao norte paranaense. Assim, devido ao fato de ter sido povoada e vinculada ao processo produtivo estadual através da cafeicultura, pôde, em decorrência de uma infra-estrutura de comercialização

⁴ Os termos sociedade dominante, sociedade envolvente, sociedade nacional, sociedade regional, são aqui usados com o mesmo sentido. Igualmente civilizados, regionais, brancos, nacionais, são empregados de modo indiferenciado.

⁵ Pelo Decreto 48.163 de 03 de julho de 1967 foi instituída no Estado de São Paulo a Divisão Administrativa Regional, sendo então estabelecidas dez regiões. Posteriormente, através do Decreto 52.576 de 12 de dezembro de 1970, houve uma reformulação daí surgindo a 11ª Região Administrativa com sede em Marília, que passou a englobar quatro sub-regiões (Marília, Assis, Ourinhos e Tupã) que faziam parte da 7ª Região Administrativa.

já implantada, impulsionar-se. Face às alterações na região como um todo, a população rural foi diminuída sem que fosse absorvida pelo setor urbano. Em 1970, houve um sensível crescimento citadino e, em consequência, novo esvaziamento rural.

No tocante especificamente à sub-região de Bauru, a expansão crescente da pecuária ocasionou o êxodo populacional do campo. Mas, as oportunidades de trabalho nas cidades nem sempre foram propícias. Resultou disso que os trabalhadores permanentes da zona rural foram substituídos por volantes sazonais, vulgarmente chamados “bóias-frias”, que vivem nas periferias urbanas em condições precárias⁶.

A Reserva e o Posto Indígena

A partir de 1911 a então denominada “Povoação Indígena do Araribá”⁷, situada nas cercanias de Jacutinga, atual cidade de Avaí, já estava efetivada nas terras demarcadas em 1910 e cedidas pelo Governo do Estado de São Paulo, ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais⁸. Somente em 1913 o Presidente da República, Conselheiro Rodrigues Alves, reservou essa gleba para “localização de índios”⁹.

A Reserva Araribá, atravessada pelo córrego que lhe deu o nome, tem os seguintes limites: norte e leste, “bairro” Laranjeiras; sul, “bairro” Anhumas e Barrocoão; oeste, “bairro” Barrocoão. Sua área mede 830 alqueires¹⁰, mas teria sido maior desde que o atual “bairro” Laranjeiras ter-lhe-ia pertencido, nos seus primórdios¹¹. O Posto Indígena Araribá está sob a jurisdição da Quarta Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, cuja sede é Curitiba. É administrado por um encarregado¹² e supervisionado pela chamada “Ajudância de Bauru”. Antigamente era organizado em empresa, quando havia máquinas de beneficiamento de arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, serraria, cafezais e sericicultura. A Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, através do encarregado da Povoação Indígena vendia manti-

⁶ Cf. Diagnóstico da 7ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, 1972.

⁷ “A povoação do Araribá, constituída com o fito de localizar os índios semi-civilizados que se espalhavam pelos pequenos núcleos de Jacutinga, Itaporanga, Pirajú, Salto Grande e em várias povoações do litoral, como S. Vicente, Itariri, Mongaguá, Bananal e Aguapeú – foi a princípio apenas o abrigo de um grupo de guaranys, cuja principal rancharia assentava-se perto da confluência do córrego Araribá e do rio Batalha” (A NOITE, Rio de Janeiro, 20 out. 1931).

⁸ “(. . .). A Povoação Indígena do Araribá, estabelecida em terras cedidas pelo Governo do Estado, funciona desde 1911 (. . .)”. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 23 dez. 1914).

⁹ “(. . .). As terras do Araribá, medidas e demarcadas por Engenheiro do Estado em 1910, foram reservadas para localização de índios pelo Presidente Conselheiro Rodrigues Alves . . . Decreto nº 2.371 – F de 28 de abril de 1913”.

¹⁰ Cf. Relatório do Ex-Encarregado Antônio Alves de Menezes, de 20/02/72 (Arquivos do P.I. Araribá).

¹¹ Cf. Ofício enviado pelo inspetor L.B. Horta Barboza ao Exmº Sr. Dr. Secretário de Agricultura, do Comércio e Obras Públicas do E. de S. Paulo, datado de 30 de maio de 1919 (Arquivos do P.I. Araribá).

¹² No P.I. além do encarregado, há um atendente de enfermagem, um tratorista (apenas nominal) e um trabalhador. Eventualmente, para trabalhos de duração determinada, são contratados diaristas, moradores da Reserva.

mentos e outros bens de consumo para os índios moradores da Reserva, sendo reembolsada posteriormente, por meio de prestação de serviços ou da venda de produtos agrícolas e, no caso de capitães, estes recebiam salários. Para os recém chegados, era fornecido auxílio durante o período de instalação¹³. Nos dias de hoje não há mais essa organização, o que impele os indígenas ao trabalho fora da Reserva.

Até 1969 era feito arrendamento das terras da Reserva para pecuaristas e pequenos agricultores. O montante pecuniário dos arrendamentos era contabilizado de acordo com a orientação dada pelas instâncias superiores¹⁴. A partir de 1970 continuou apenas um arrendatário pastoril.

Há uma escola destinada a atender as crianças e adolescentes da comunidade tribal. Não oferece, porém, ensinamentos práticos de agricultura, de trabalhos artesanais e nem focaliza a realidade cotidiana local. Em 1974 atendia a 42 alunos, 20 do sexo masculino e 22 do sexo feminino, os quais estavam matriculados nas quatro primeiras séries do 1º grau. O Posto Indígena Araribá carece de melhores condições objetivas para cumprir as funções a que se propõe. Como entidade empregadora tem raras possibilidades; sua capacidade assistencial é diminuta, o mesmo acontecendo como órgão controlador das relações de trabalho. Contudo, sendo uma "Reserva Fechada"¹⁵, mantém uma eficiência relativa no controle das relações interétnicas e intertribais em seu convívio com os regionais vizinhos.

Trabalho na Reserva

Agricultura: Os indígenas da Reserva dedicam-se à agricultura para o seu sustento e/ou, em alguns casos, para venda. As técnicas empregadas nessa atividade ainda são rudimentares, embora sejam utilizados instrumentos de ferro (facão, enxada, etc.). Cultivam feijão, mandioca, arroz, abóbora, milho, etc. As roças são feitas através de carpinha e queimada. Elas são, via de regra, replantadas nos mesmos lugares e, em geral, contêm duas ou mais espécies simultaneamente; por exemplo: milho e abóbora;

¹³ A Inspetoria dava auxílio "em ferramentas, roupas, sementes, alimentos para o primeiro estabelecimento, assistência médica e farmacêutica, instrução primária, etc". (Cf. Carta enviada pelo Inspetor L.B. Horta Barboza ao Redator do "Correio Paulistano", 23/12/1914 e entrevista concedida pelo Inspetor Coronel Nicolau Bueno Horta Barboza (O DIÁRIO NACIONAL, 28 jul. 1931).

¹⁴ "Todas as Rendas do Patrimônio Indígena deverão ser contabilizadas e recolhidas ao fundo Federal Agro-Pecuário, sejam elas resultantes da atividade dos Postos Indígenas na agro-pecuária, no aproveitamento dos produtos extrativos, de arrendamento de áreas de terra, de mercantilização de quaisquer natureza etc" (Item n.º 1 da Ordem Interna de Serviço n.º 74, de agosto de 1963, assinada pelo Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios).

¹⁵ Entendemos como uma "Reserva Fechada" aquela que se sente caracterizada pelo fato do órgão assistencial: a) efetivamente impedir a invasão de suas terras; b) evitar, mesmo sem um rigoroso filtramento das relações interétnicas, que os indígenas sofram pressões externas, seja de caráter religioso, político e/ou econômico. A "Reserva Aberta" tem características opostas, enquadrando-se neste tipo São Marcos, onde vivem os Índios Makuxí do Roraima (Cf. DINIZ, 1972).

feijão, mandioca e batata, etc. (ver tabela nº 1). Em geral nem mesmo chegam para a subsistência. Idealmente tornar-se-iam auto-suficientes se dispusessem de instrumentos agrários e fertilizantes que estão fora do seu alcance. A grande maioria dos indígenas supre suas necessidades mais elementares de bens de consumo, combinando o produto de seus roçados com o dinheiro ganho fora da Reserva. Para si cultivam pequenas extensões¹⁶. O fato dos indígenas disporem de terra para morar e cultivar, os privilegia frente aos regionais que não a possuem. Parecerá, à primeira vista, que a disponibilidade da terra propicia as atividades agrícolas. Porém, o que se verifica é que os indígenas se dedicam ao trabalho assalariado, nas fainas sazonais oferecidas pelos regionais vizinhos. A explicação dada para essa preferência, em detrimento da possibilidade prática de uma agricultura extensiva, é a falta de capital. Dizem os indígenas que no trabalho agrícola o rendimento é demorado e incerto, o que lhes traria problemas quanto à subsistência cotidiana. Além disso, teriam que endividar-se, caso lhes fosse dado crédito e que poderiam ou não ter possibilidades de resgatar as dívidas contraídas, tudo dependendo da boa ou má fortuna nas colheitas. Essa justificativa leva, inapelavelmente, a um círculo vicioso que envolve até mesmo aqueles indivíduos cujos grupos domésticos lhes possibilitariam rompê-lo e acumular o suficiente para não precisar ser "volante". O fato concreto é que para a grande maioria dos Terêna e a totalidade dos Guarani, a opção já foi definida.

TABELA Nº 1

Plantas cultivadas	Época do plantio	Tempo/Colheita
Abóbora	setembro-outubro	4 meses
Algodão	outubro-dezembro	4 meses
Amendoim	outubro	3 meses
Amora	outubro-março	6 meses
Arroz	agosto-outubro	4 meses
Batata	fevereiro	3 meses
Feijão	Fev-Março-Out.	3 meses
Melancia	agosto	3 meses
Milho	outubro	4 meses

Ciclo Anual de Plantio e Colheita

¹⁶Os Guarani e os Terêna calculam as medidas de suas roças de acordo com o chamado "alqueire caboclo", cujas medidas são as seguintes: 1 alqueire = 50x100m; 1/2 alqueire = 50x50m; 1/4 alqueire = 25x25m. Em 1972 os tamanhos das roças variavam de 6x10m a 300x300m. Em 1973 os tamanhos das roças variavam de 15x15m a 400x400m. Procuramos apresentar as medidas totais de cada planta cultivada em 1972 e 1973 pelos Guarani e pelos Terêna (ver tabela nº2).

TABELA Nº 2

PRODUTOS	GUARANI		TERÊNA	
	1972	1973	1972	1973
Abóbora	—	—	625m ²	2.725m ²
Algodão	16.456m ²	—	50.900m ²	12.500m ²
Amendoim	—	—	—	225m ²
Amora	—	3.175m ²	238.946m ²	405.625m ²
Arroz	—	—	12.500m ²	7.275m ²
Feijão	3.529m ²	2.900m ²	73.996m ²	107.100m ²
Mandioca	6.075m ²	625m ²	74.105m ²	118.925m ²
Melancia	—	—	—	2.500m ²
Milho	19.440m ²	10.000m ²	240.213m ²	180.060m ²
Total	45.500m ²	16.700m ²	691.285m ²	836.935m ²

Áreas e Plantas Cultivadas — Guarani e Terêna (1972 — 1973)

Sericicultura: A sericicultura foi iniciada antes de 1930, aparentemente pela iniciativa do órgão protetor. Nesse ano atingiu cerca de mil quilos de casulos, o equivalente a 7:693\$¹⁷. O reinício da atividade ocorreu na década de 1960. Em 1963 a primeira venda, desta segunda etapa, foi feita pelo Terêna Sergio Lipú à então existente Cooperativa Paulista Agro-Sericícola, em Duartina¹⁸. De lá para cá tem aumentado o número de indivíduos que passaram a dedicar-se a essa atividade. Os atuais sericultores do P.I. Araribá surgiram na seguinte ordem: Década de 1960: Sérgio Lipú (Terêna); Lúcio de Souza (Terêna); Jorge Maria (Terêna); Década de 1970: Vitorino Pio (Terêna); Levino (Terêna); Chiquinho (Guarani); Balbino (Terêna); Tibúrcio (Terêna); Filinto (Terêna).

A safra ocorre no período de agosto a maio; a amora é geralmente plantada no período de outubro a março, necessitando de seis a oito meses para servir de alimento ao bicho da seda. Uma grama de ovos dá três quilos de casulos, nos meses agosto/dezembro e março/maio, que são considerados bons. Já em janeiro/fevereiro, período considerado apenas razoável, uma grama de ovos dá um quilo e meio de casulos. Em junho/julho, devido ao frio, é uma etapa ruim para essa atividade.

Apesar da sericicultura ser potencialmente um meio de obtenção de mais dinheiro, os indígenas têm conseguido pouco êxito nessa atividade, com exceção de

¹⁷Cf. A NOITE, Rio de Janeiro, 22 out. 1931.

¹⁸Informação do Sr. Nório Nakata, ex-funcionário da extinta Cooperativa.

uma ou outra colheita (ver tabela nº 3). Além disso, a falta de capital obriga o indígena a solicitar financiamento, na base da "conta-corrente", numa fiação de Duartina, onde recebe "sementes" e adiantamentos em dinheiro. À época da colheita, a produção é vendida, sendo descontados os débitos. "Criar bicho da seda" está idealmente ao alcance de todos os moradores da Reserva, porém, o seu custo e a reposição do material desgastado excluem a maioria da população do acesso à propriedade dos meios de produção¹⁹. Essa atividade, por isso, é reduzida e tende a ter, no grupo doméstico ou nos grupos domésticos aparentados proximamente, sua unidade produtora.

TABELA Nº 3

PRODUTOR	A N O S			
	1971 (1)	1972 (1)	1973 (1)	1974 (1)
Sérgio (T) (2)	11.793,13	7.326,07	—	3.843,30
Jorge (T)	450,00	372,08	9.297,87	8.396,92
Lúcio (T)	2.500,00	—	2.601,40	—
Chiquinho (G)	375,40	158,00	1.232,10	754,38
Levino (T)	10.795,38	3.594,00	2.953,88	—
Mariano (T)	—	1.663,26	30,25	658,51
Balbino (T)	—	—	—	697,00
Filinto (T)	—	—	—	460,00
Tibúrcio (T)	—	—	—	2.794,51
Total	25.913,91	13.113,41	16.115,50	17.604,62

SERICICULTURA

Nota: T = Terêna; G = Guarani

¹ Dados obtidos através de notas fiscais em poder dos indígenas.

² Sérgio, o primeiro sericicultor da Reserva do Araribá, conseguiu, em 1967, 1968, 1969 e 1970, respectivamente as seguintes quantias: Cr\$ 1.827,92; Cr\$ 2.199,45; Cr\$ 2.763,49 e Cr\$.... 3.734,38. (Cf. Arquivos do Posto).

¹⁹ Apesar de todos os Terêna e Guarani disporem do recurso da terra, os sericicultores dependem de financiamento, ficando o pagamento à mercê da boa ou má safra. O Terêna Lúcio de Souza, em 1973, conseguiu um empréstimo bancário de Cr\$ 1.500,00 tendo como fiador um gerente de fiação, mas teve dificuldades em saldar este compromisso.

Trabalho Fora da Reserva

Os habitantes da Reserva, tanto os Guarani como os Terêna, participam da economia nacional, notadamente por meio de sua relativa incorporação ao sistema monetário. Sua integração no segmento da sociedade regional está se dando, principalmente, pela venda de sua força de trabalho em atividades braçais. Através deste expediente, eles procuram suprir as suas necessidades cotidianas, embora com deficiência. A remuneração diária que lhes era paga durante o período de 1972 a 1974, na faina agrícola, sempre sem refeição, embora pudesse variar para mais ou para menos, de acordo com a oferta e a procura sempre era aumentada em cada semestre (ver tabela n.º 4)²⁰.

A venda da força de trabalho para os sítiantes e fazendeiros vizinhos é paga em dinheiro. Com o montante ganho, além de alimentos adquirem outros bens, tais como: facões, enxadas, tecidos, etc. Se lhes faltasse trabalho externo, possivelmente voltariam suas atenções para o trabalho interno ou, então, teriam como alternativa emigrar para outros postos indígenas. Mas, na década de 1960, devido a fatores diversos, entre eles o temor de arcar com o ônus das leis trabalhistas estendidas ao homem do campo, houve a saída das famílias de trabalhadores que moravam nos sítios e fazendas. Esta situação proporcionou aos habitantes do Araribá, na qualidade de "volantes" ou diaristas, um permanente mercado de trabalho. A maior ou menor oferta deste, está na dependência das flutuações dos preços dos gêneros agrícolas e das eventuais intempéries mais ou menos abrangentes.

A dependência dessa atividade assalariada é evidente. Assim, quando diminui a procura de mão-de-obra, as conseqüências são negativas para os indígenas, gerando um mal-estar em virtude das dificuldades materiais. Isto porque, sua agricultura de subsistência, quando comercializada, sacrifica o auto-consumo. Apenas um ou outro

TABELA Nº 4

ANO	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
1972	10,00	8,00	12,00	10,00
1973	15,00	12,00	17,00	13,00
1974	20,00	15,00	22,00	17,00

Diárias Pagas nas Vizinhanças da Reserva Araribá no Período de 1972 a 1974

²⁰Para os menores, de ambos os sexos, não havia critério previamente estipulado, dependendo da capacidade individual.

produto agrícola, por exemplo o algodão e o milho, é cultivado com a intenção prévia de venda. Ademais, os Guarani vivem quase na dependência do ganho fora da Reserva, uma vez que não se dedicam à agricultura e, quando o fazem, suas plantações são diminutas²¹.

Às vezes a receita familiar dos Guarani é auxiliada com a venda de artefatos (arcos, flechas, colares, balaios), mas além da produção ser pequena, o acabamento das peças é precário, o que as desvaloriza no mercado regional.

Considerações Finais

A área abrangida pela Sétima Região Administrativa do Estado de São Paulo é altamente integrada à economia nacional devido à sua produtividade econômica. Aí predomina a economia de caráter agro-pastoril, havendo escassez de terra e grande oferta de mão-de-obra. Embora só tenha começado a ser efetivamente povoada neste século, em cujas primeiras décadas constituiu-se numa frente de expansão agrícola, hoje está plenamente habitada. As ferrovias deram-lhe uma feição toda especial, dinamizando sua infra-estrutura e fazendo da cidade de Bauru (entroncamento ferroviário) um centro de destaque no processo de aceleração da produção regional. No que diz respeito à sub-região de Bauru, onde está localizada a Reserva Araribá, a diminuição da agricultura em benefício da expansividade da pecuária, aumentou o abandono da zona rural. Disso adveio o engrossamento da população das periferias urbanas, ampliando as fileiras do contingente de diaristas ou "volantes", os regionalmente chamados "bóias-frias".

É nesse contexto que os indígenas da Reserva Araribá estão, por assim dizer, "insulados". Dele passaram a fazer parte, procurando adaptar-se aos padrões sócio-culturais da sociedade envolvente. Sabe-se que uma sociedade dominada mantém com a sociedade dominante relações de oposição. E mais ainda, no contato entre sociedades de níveis tecnológicos diferentes, é o sistema econômico da(s) mais fraca(s) uma das esferas que sofre o embate com maior imposição. Assim sendo, os Guarani e os Terêna da Reserva Indígena Araribá procuram integrar-se economicamente dentro de suas possibilidades, isto é, através daqueles mecanismos que estão ao seu alcance. Dentre estes, destacam-se a venda de sua força de trabalho, a comercialização de sua incipiente sericicultura e de alguns produtos agrícolas, através dos quais adquirem bens manufaturados.

²¹ Em relatório datado de 30 de julho de 1957 o Auxiliar de Inspetor Hugo Mariano Flores, referindo-se aos Terêna do Araribá (então P.I. Curt Nimuendajú), assim se expressou: "(. . .). Suas lavouras tem sido sempre financiadas por particulares interessados em comprar suas safras". Em relação aos Guarani, aquele funcionário emitiu a seguinte informação: "(. . .). Suas roças apesar de pequeninas, são mal cuidadas e pouco produzem. Preferem trabalhar como assalariados nas fazendas e sitios vizinhos a cuidarem das terras postas a sua disposição".

BIBLIOGRAFIA CITADA

- DINIZ, Edson Soares - 1972 - Os índios Makuxí do Roraima. São Paulo, 1972 (Coleção Teses, nº 9. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília).
- 1976 (a) - Dependência e Destino (Os Guarani e os Terêna do Araribá). 1976, (monog. inéd. ms.)
- 1976 (b) - Araribá: Uma Reserva Indígena em São Paulo. (Comunicação apresentada à Xª Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador (Ba), 22 - 25 fev. 1976 (ms. inéd.).
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1972 - Diagnósticos da 7ª Região Administrativa. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Ação Regional, 1972.
- MÉTRAUX, Alfred - 1963 - The Guarani. HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS ed. by Julian H. Steward. New York, Cooper Square, 3 (The Tropical Forest Tribes): 69 - 94, 1963.
- NIMUENDAJÚ, Curt - 1954 - Apontamentos sobre os Guarani. REVISTA DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, 8 (Nova Série): 9 - 57, 1954, (Tradução, introdução e notas de Egon Schaden).
- OBBERG, Kalervo - 1949 - The Terena and the Caduevo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, Smithsonian Institution, 1945, (Institute of Social Anthropology).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - 1960 - O processo de Assimilação dos Terêna. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1960.
- 1968 - Urbanização e Tribalismo. A Integração dos Terêna numa Sociedade de Classes. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- SILVA, Fernando Altenfelder - 1949 - Mudança Cultural dos Terêna. REVISTA DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, 3 (Nova Série): 271 - 379, 1949.